

CRISE ANUNCIADA

Mercado Estava Cauteloso Mesmo Antes Da Definição Das Alternativas Presidenciais

MARCELO DE PAIVA ABREU

A intensidade, e talvez mais do que tudo, a precocidade, da crise financeira que afeta hoje a economia brasileira suscita perguntas de grande relevância quanto à determinação das causas da súbita deterioração de indicadores relacionados ao risco Brasil. A troca de acusações entre oposição e governo quanto à responsabilidade pela crise tem precedentes históricos que vale a pena recuperar com fins pedagógicos.

Em quase qualquer episódio de crise que marcou a vida econômica brasileira após a 2.^a Guerra Mundial é possível configurar uma situação em que tenha ficado obscura a contribuição relativa de diferentes atores para a deterioração do quadro econômico-financeiro. Podemos lembrar dois episódios principais. O primeiro, no início dos anos 60, de gravidade hoje muito atenuada pela perspectiva histórica. O segundo, de gravidade muito maior, cujas conseqüências até hoje nos acompanham, em seguida à instalação da convivência crônica de inflação muito alta e de estagnação econômica, a partir de 1980.

Que políticas devem ser responsabilizadas pela estagnação econômica e aceleração inflacionária em 1962-64? O explícito e reiterado desprezo kubitschekiano pela austeridade que resultou na macroeconomia do homem cordial e, portanto, no desequilíbrio fiscal estrutural e na acumulação de dívidas externas de curto prazo? Ou a irresponsabilidade do bonapartismo janista em 1961, que jogou por terra os bons esforços iniciais de seu governo? Ou a semi-anarquia janguista, especialmente pós-1962, levando de roldão até mesmo as boas intenções da ortodoxia realista que inspirou o Plano Trienal? O bom juízo histórico provavelmente arrolaria todas estas causas, e ainda a já difícil herança recebida por JK em 1956.

Da mesma forma, a trajetória brasileira rumo à estagnação e à inflação alta pós-1980 tem causas complexas. O ponto de partida certamente foi a imprudência quanto à forma de enfrentar a primeira crise do petróleo pós-1973. O endividamento externo acelerado e os investimentos in extremis de substituição de importações prevaleceram sobre uma postura macroeconômica austera. Este arrojo foi reiterado quando, em 1979, prevaleceu a tentativa fracassada de repetição de fuite en avant, à la 1967-68, com políticas de pré-indexação calcadas nas experiências de Argentina e Chile, sob frenéticos aplausos da maior parte do empresariado. Acabou por consolidar-se a estagnação e a inflação alta, depois seguida pelo stop and go dos planos de estabilização. De novo, foi uma sucessão de políticas econômicas diferenciadas, e com responsáveis distintos, que levou o País a uma situação indesejável.

Em contraste com os precedentes históricos, a crise atual não resulta simplesmente do efeito acumulado de distorções provocadas por sucessivas políticas econômicas, mas é fruto da combinação das políticas efetivamente adotadas pelo governo e da antecipação de quais poderiam ser os desdobramentos de políticas adotadas pela oposição vitoriosa ou, como parece ser o caso, por um candidato governista que não assegura a continuidade do programa econômico-financeiro de seu antecessor.

O principal problema com as realizações dos governos FHC não é, ao contrário do que reza ladainha hoje quase convencional, que se tenha caminhado excessivamente com as reformas estruturais requeridas para viabilizar uma trajetória de crescimento auto-sustentado. O fato é que muitos aspectos foram excluídos de um programa essencial de reformas com este objetivo: reforma tributária, da previdência privada, da previdência pública, do funcionalismo público, do ensino público gratuito. A lista é interminável.

Antes que fossem definidas mais claramente as alternativas eleitorais, a avaliação dos mercados já refletia cautela quanto ao avanço brasileiro rumo ao crescimento sustentado. O prêmio de risco era ainda muito alto, embora com progresso notável em relação aos píncaros alcançados em 1999. A deterioração recente das avaliações do risco Brasil podem ser explicadas pela combinação de desconfiança quanto a um eventual governo de oposição com desconfiança quanto ao que seria realmente um governo de coalizão PSDB-PMDB.

De um lado, a despeito de acrobacias recentes de economistas do PT, permanece a forte impressão de que o que se poderia esperar de um governo de oposição na esfera econômica seria uma mistura de navio-escola - ou seja, quadros que vão aprender fazendo - com grande inércia de idéias estapafúrdias, tais como financiamento de gastos sociais maciços pelos bancos públicos. Por outro lado, o candidato dito governista se tem notabilizado pela abstinência quanto a compromissos relativos à estabilização e reformas estruturais, presumivelmente por considerá-los contraproducentes do ponto de vista eleitoral. No terreno microeconômico o candidato tem permitido vicejar idéias francamente saudosistas em relação ao papel do crédito público subsidiado.

Não adianta ficarmos nervosos, e acusarmos os mercados de avaliarem mal o Brasil. O mercado provavelmente está exageradamente pessimista, como já foi otimista com a Argentina. Mas, se o Brasil depende de poupança externa, cabe a um futuro governo conciliar interesses de eleitores com a dura realidade das restrições financeiras enfrentadas pelo País.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio